

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS EM DST, HIV E AIDS: DESCRIÇÃO DE PROCEDIMENTOS BIOÉTICOS NAS RECOMENDAÇÕES PARA OS AUTORES E EM ARTIGOS SELECIONADOS

STD, HIV AND AIDS SCIENTIFIC PUBLICATIONS: DESCRIPTION OF BIOETHICAL PROCEDURES IN THE INSTRUCTIONS FOR THE AUTHORS AND IN SELECTED PAPERS

*Prisla Ü Calvetti¹, Erno Harzheim², José Lândio Viana³,
Cíntia Germany⁴, Mauro C Ramos⁵*

RESUMO

Introdução: A Bioética tem propiciado reflexões sobre aspectos éticos no âmbito da saúde, principalmente com relação a pesquisas com seres humanos. Entre as áreas de maior produção científica, atualmente, estão os estudos em DST e HIV/AIDS. **Objetivo:** Investigar artigos científicos selecionados sobre DST e HIV/AIDS em periódicos brasileiros e as normas de publicação destas, analisando a relevância dada aos procedimentos éticos em pesquisa. **Métodos:** Revisão bibliográfica em banco de dados informatizado (SciELO) com as palavras-chave DST, HIV/AIDS, identificando periódicos com publicações sobre o tema no período de janeiro de 2001 a novembro de 2004. As fontes bibliográficas disponíveis foram revistas e avaliadas nas seções de instruções para autores e de metodologia de artigos selecionados. **Resultados:** Foram revisados 33 periódicos. Destes, 67% (22) referiram nas normas de publicação a necessidade de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e em 39% dos artigos menciona este aspecto. Os aspectos éticos de confidencialidade, privacidade e autonomia foram referidos em 15% dos artigos investigados e em 51% deles foi citado o consentimento dos participantes. **Conclusão:** A menção de cuidados éticos em pesquisa não tem tido a atenção necessária dos autores de publicações de artigos científicos na área da saúde com enfoque em DST e HIV/AIDS. No momento em que há grandes avanços científico-tecnológicos, faz-se necessário que profissionais tenham igual preocupação aos aspectos éticos em pesquisa, mencionando em seus artigos os procedimentos desenvolvidos.

Palavras-chaves: ética em pesquisa, Bioética, DST, HIV, AIDS

ABSTRACT

Introduction: Bioethics in research with human participants has permitted to address ethical aspects of the health field. STD, HIV and AIDS research is currently amongst the more productive research fields. **Objective:** To review scientific journals and selected papers in order to evaluate the presence of ethical requirements and description of ethical procedures. **Methods:** Bibliographic review of an electronic database (SciELO) using the key words STD, HIV and AIDS, identifying the journals that have published papers in the field from 2001 to the present date. Available journals were reviewed, and the sections of instructions for authors and methodology of selected papers were evaluated. **Results:** Of the 33 journals reviewed, 67% (22) have mentioned the requirement of getting an approval of the research project by an ethical review board and 39% of the articles have mentioned this aspect. Ethical principles of confidentiality, privacy and autonomy were mentioned in 15% of the evaluated papers, and in 51% of them informed consent had reference of the informed consent. **Conclusion:** Mentioning ethical procedures has not have the needed consideration by researchers in the field of STD, HIV and AIDS, although it does not necessarily mean that ethical procedures have not been implemented. In the presence of significant scientific and technological achievements, it is necessary that researchers have equivalent concern on bioethics and on responsible behavior in research, including in mentioning the bioethics procedures implemented in their research projects.

Keywords: ethics in research, Bioethics, STD, HIV, AIDS

ISSN: 0103-0465

DST – J bras Doenças Sex Transm 17(3):177-180, 2005

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de diminuir a transmissão das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e de prover o cuidado adequado às pessoas com estas doenças faz-se necessário o estabelecimento de políticas de saúde eficientes e eficazes.¹ Para tanto, faz-se igualmente indispensável o estabelecimento de uma agenda de pesquisa adaptada às necessidades locais. Neste contexto, para se exercer a função de pesquisador na área das DST e HIV/AIDS é fundamental que, além da habilidade técnica do profissional da saúde e da correção metodológica em sentido mais estrito, haja equivalência no trato

¹ Psicóloga. Sanitarista pela Escola de Saúde Pública/RS-FIOCRUZ – Mestranda em Psicologia Clínica do Grupo de Pesquisa Psicologia da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Médico de Família – Doutor em Saúde Pública pela Universidade de Alicante (Espanha). Coordenador Científico do CEARGS.

³ Bacharel em Biblioteconomia – Bibliotecário do CEARGS.

⁴ Terapeuta Ocupacional. Pesquisadora Associada do CEARGS.

⁵ Doutor em Dermatologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador Executivo do CEARGS.

das questões e cuidados éticos para execução dos estudos. Sem esta preocupação, todo o esforço é em vão e o objetivo precípuo da pesquisa, melhora da atenção e da qualidade de vida, não é encontrado.

As pesquisas em DST e HIV/AIDS requerem da comunidade científica um grande esforço no estabelecimento de projetos. No caso específico da pesquisa em HIV/AIDS, é provável que em nenhum momento da história da ciência se tenha publicado tanto sobre uma única. Somente no banco de dados de Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), fazendo uso das palavras-chave DST, HIV e/ou AIDS, são recuperados 8.814 artigos, e no banco de dados MEDLINE da Biblioteca Nacional de Saúde dos Estados Unidos, um total de 133.394² artigos no período de 2001 a 2004.² Este esforço de pesquisa levou ao desenvolvimento de importantes avanços científicos, tanto no tratamento, quanto na prevenção das DST, incluindo a infecção pelo HIV.³

Os estudos relacionados com as DST, HIV/AIDS, têm peculiaridades e faz-se necessário um questionamento ético mais profundo. Toda e qualquer intervenção relacionada com o tema aborda impreterivelmente aspectos privados dos indivíduos. Para que se obtenha um resultado efetivo, deve-se estar atento às questões éticas que envolvem o vínculo profissional-paciente que busca o cuidado. Muitas doenças transmissíveis são frequentemente acompanhadas de estigmatização e aumento do sofrimento. Isto é particularmente verdadeiro no caso da transmissão por via sexual ou por uso de drogas, e podem estar associadas a comportamentos não aceitos socialmente. As populações mais fortemente atingidas pelas DST muitas vezes sofrem diversas formas de discriminação e violência, sejam elas explícitas ou veladas.

O termo ética vem do grego e significa hábitos ou costumes de uma determinada cultura. Ética, em um sentido amplo, é o ramo da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam ou orientam os comportamentos humanos, refletindo especialmente o respeito à essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.³ No âmbito da saúde, a Bioética trata das questões de valor de todas as formas de vida, estuda, entre outras coisas, a relação profissional-paciente em todas as profissões da saúde. Provê diretrizes para esta relação em muitos aspectos, entre eles na investigação científica em saúde. Aborda, ainda, a ética das questões sociais e dos problemas ambientais.⁴

Existem quatro princípios básicos cujo objetivo é nortear a atividade dos profissionais de saúde.⁵ Originada na medicina hipocrática, a beneficência entendida como o fazer do profissional de saúde objetivando oferecer o melhor para o paciente do ponto de vista técnico-assistencial e ético, prevenir, remover ou mitigar o mal. Isto vale para a prática assistencial e para a pesquisa. Devem-se avaliar vantagens, custos, riscos e benefícios. O princípio de não-maleficência define que os atos diagnósticos ou terapêuticos não devam objetivar o dano ou o mal e devam, ainda, antever benefícios maiores que danos. O princípio de respeito à autonomia é compreendido como o respeito ao direito do indivíduo e é prioritário a qualquer interesse. Constitui-se no direito de decidir, livre de qualquer influência, pressão ou controle, sobre o consentimento ou a recusa dos pro-

cedimentos ou tratamentos. Este princípio pressupõe a capacidade de entendimento e a provisão por parte do profissional de saúde da informação mais completa possível. O quarto princípio é o da justiça, onde a população estudada não assume riscos desproporcionados e, especialmente, tem também acesso aos benefícios da pesquisa.⁶

Para Garrafa⁹, a dimensão da ética na saúde pública é entendida como a resultante moral do conjunto de decisões e medidas políticas e sanitárias – individuais e coletivas – que proporcionam aumento da cidadania e diminuição da exclusão social. Pavoni⁷ salienta que, quando pensamos em saúde humana, não se tratam apenas das ameaças à sobrevivência e do efeito da incapacidade, da doença e da dor. A saúde está intimamente ligada aos relacionamentos humanos e esta ampliação leva à incorporação de diferentes campos do conhecimento na Bioética.⁷

Para tanto, cabe ao pesquisador na área da saúde observar não apenas o saber científico, mas também o rigor, a prudência, a integridade na apresentação e a utilização das pesquisas e seus resultados.⁸ Neste âmbito, o tratamento à saúde diversificou-se em múltiplas especialidades além da medicina, como psicologia, enfermagem, serviço social, nutrição, terapia ocupacional, entre outras, destacando-se a necessidade de atendimento e desenvolvimento de pesquisas no âmbito interdisciplinar. Desta forma, os profissionais necessitam de orientação ética para condutas e estudos junto às populações em estudo.

Uma série de instrumentos normatizam as pesquisas com seres humanos com o intuito de preservar seus participantes. Dentre estes instrumentos estão a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde de 14 de janeiro de 1987,⁹ que indica, entre outros cuidados, o uso do Consentimento Livre e Esclarecido. Este procedimento tem o intuito de garantir que os participantes conheçam seus direitos, os procedimentos da pesquisa e os potenciais riscos e benefícios advindos de sua participação. Elemento fundamental é também a aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) independente. Entretanto, a correta aplicação das normas para pesquisa em seres humanos esbarra, ainda, no fato de que em muitas instituições os CEP não possuem real autonomia e condições de fiscalizar e exigir correta aplicação das normas aprovadas no protocolo.¹⁰

Conforme Clotet, Goldim e Francisconi,⁸ o consentimento livre e esclarecido mostra-se pouco usado em pesquisas com seres humanos. Muitas vezes tem sido utilizado apenas como um instrumento comprobatório de que o paciente recebeu informações sobre os procedimentos e condutas a serem realizadas⁹. Porém, existem profissionais que consideram o processo de consentimento livre e esclarecido como parte integrante e indispensável na relação profissional-paciente ou pesquisador-participante. Refere-se à tomada de decisão voluntária, autônoma, informativa e deliberativa do processo do estudo.¹¹

OBJETIVO

Investigar a menção de requisitos, cuidados e procedimentos éticos na seção de instruções para os autores e na seção de méto-

dos em artigos sobre DST, HIV e AIDS recuperados em levantamento bibliográfico eletrônico.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo bibliométrico de revisão bibliográfica desenvolvido em novembro de 2004, através do acesso à base de dados para a coleta dos dados. Foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*),¹² escolhida por disponibilizar artigos científicos na íntegra e gratuitamente.

A base de dados foi acessada em índices de assunto na área de busca por artigos. Cada descritor foi digitado separadamente. Foram incluídos periódicos nos quais constavam artigos com os seguintes descritores: HIV, DST, AIDS, SIDA, doenças sexualmente transmissíveis, vírus da imunodeficiência humana e síndrome da imunodeficiência adquirida. A seguir, a ferramenta de refinamento de pesquisa (*refinar*) foi utilizada como forma de incluir artigos com suas publicações datadas de 2001 a 2004.

De posse da listagem dos periódicos que apresentavam os critérios de inclusão, foi selecionado o último número disponível *on line*. Nestes, foram revisadas as normas de publicação ou instruções para os autores, identificando recomendações com relação aos aspectos éticos para o aceite de artigos originais. Para a coleta de dados acerca dos aspectos de Bioética contemplados nos artigos, foi realizada a leitura da seção de métodos e, na ausência de qualquer menção, foi revisado o texto completo.

Para o desenvolvimento deste estudo foram preservados os princípios éticos de confidencialidade e privacidade dos autores destes artigos. Uma vez que os dados são publicados e de conhecimento público e não há participação de sujeitos humanos, esta pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa.¹³

RESULTADOS

A busca resultou em um total de 218 artigos, distribuídos da seguinte forma: HIV (155); SIDA (24); Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (12); DST (4); Doenças

Tabela 1 – Número de periódicos investigados por semestre (2001-2004)

Ano – semestre	Número
2001 – 1º semestre	3
2001 – 2º semestre	-
2002 – 1º semestre	6
2002 – 2º semestre	1
2003 – 1º semestre	2
2003 – 2º semestre	6
2004 – 1º semestre	10
2004 – 2º semestre	5
Total	33

Sexualmente Transmissíveis (4); Vírus da Imunodeficiência Humana (3), distribuídos em 33 periódicos brasileiros. Os artigos investigados datavam de 2001 a 2004, distribuídos por semestre conforme Tabela 1.

As normas de publicação ou orientações para autores foram revisadas e as que mencionavam aspectos éticos em pesquisa se referiam a estes como uma exigência a ser observada, porém não a ser referida na publicação. Nestas, conforme a Tabela 2, foram encontradas as seguintes solicitações: a aprovação do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 67% (22) dos 33 periódicos; o uso ou a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Consentimento Informado (TCI) dos participantes da pesquisa em 34% (11); e a atenção aos princípios éticos, tais como a garantia de confidencialidade e de privacidade dos participantes em 18% (6).

Na revisão dos artigos, 39% (13) dos 33 fizeram referência à aprovação por determinado CEP; 51% (17) à obtenção de TCLE ou TCI dos participantes; e 15% (5) a um ou mais princípios éticos como privacidade, confidencialidade e autonomia. No intuito de aferir a proporção de autores que cumpriram as recomendações éticas dos periódicos em seus artigos, descrevemos as proporções entre os diferentes itens sugeridos nas normas de publicações para os autores e aqueles contemplados na seção de métodos dos artigos. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Comparação das normas e recomendações éticas para autores com relação aos aspectos contemplados na seção de método dos artigos publicados (n = 33)

Como visto na Tabela 2, não houve concordância entre as recomendações e o conteúdo da seção de métodos. Observa-se que a maioria dos artigos publicados não fazia menção sobre aprovação no CEP, TCLE e com relação aos aspectos éticos: confidencialidade, privacidade e autonomia. Cabe salientar, no entanto, que outros artigos faziam menção de procedimentos éticos na seção de métodos, que não constava nas orientações.

DISCUSSÃO

Os resultados deste trabalho apontam que a menção dos cuidados éticos está presente na minoria das normas para publicação dos periódicos e na metodologia dos artigos pesquisados. Consideramos que existe a necessidade de um reforço na atenção aos aspectos éticos e que a garantia da execução desses cuidados é uma atribuição das equipes de edição dos periódicos científi-

Normas e Recomendações	Periódicos (%)	Artigos (%)
CEP*	67% (22)	39% (13)
TCLE/TCI**	34% (11)	51% (17)
CONF/PRIV/AUT***	18% (6)	15% (5)
Total	100% (33)	-

*Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Termo de Consentimento Informado

***Aspectos éticos: Confidencialidade e/ou Privacidade e/ou Autonomia

cos, fazendo parte da conduta responsável em pesquisa. A própria Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde determina que o corpo editorial das revistas científicas deve exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto por um CEP e, em situações específicas, pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério de Saúde.

Uma limitação de nosso trabalho é que a ausência de menção de cuidados e procedimentos éticos não implica necessariamente que estes não tenham sido realizados, sendo até mesmo provável que em muitos casos o tenham sido. Consideramos, no entanto, que o relato cuidadoso dos aspectos éticos das pesquisas em DST, HIV e AIDS deva, obrigatoriamente, fazer parte de todas as recomendações para os autores e da seção de métodos de todos os artigos originais. Este procedimento tornará claro aos leitores que todas as precauções foram tomadas para que os princípios éticos sejam respeitados, minorando os riscos aos participantes e melhorando a probabilidade de geração de dados de qualidade e aplicabilidade clínica ou em saúde pública.

A qualidade da relação e a conduta ética do profissional tornam-se fundamentais para a geração de um clima de segurança com o indivíduo que é por ele atendido. Esta confiança deve ser estendida também aos participantes de pesquisa em estudo.^{14[17]}

Os pesquisadores da área da saúde necessitam desenvolver uma visão e escuta atenta aos aspectos éticos da dimensão humana, extrapolando os aspectos referentes às doenças e considerando o ser humano na sua integridade. A aplicação da Bioética na pesquisa tem contribuído para a construção de princípios eticamente adequados, priorizando o respeito à pessoa no avanço da ciência.

CONCLUSÃO

Este estudo demonstra que a atenção aos aspectos éticos em pesquisa com seres humanos ainda não tem recebido a adequada consideração nas normas para publicação em determinados periódicos e dos autores que publicam artigos referentes a DST, HIV e AIDS. Neste âmbito, os aspectos éticos em pesquisa com seres humanos necessitam da atenção dos estudiosos desde o momento de planejamento do estudo até a sua publicação, prevalecendo em todas as etapas do processo o respeito à pessoa.

Para tanto, cabe salientar que o cuidado aos princípios éticos em pesquisa deve ser considerado com o mesmo rigor que os aspectos da metodologia científica. Os pesquisadores, atualmente, necessitam integrar ao método a ética em pesquisa com seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Araújo MA, Bucher J, Bello PY. Eficácia do Aconselhamento para doenças Sexualmente Transmissíveis em Unidade de Referência da Cidade de Fortaleza, CE, Brasil. *DST- J bras Doenças Sex Transm* 2004;16(1): 31-37.
2. Medline Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Base de Dados Medline. [s.l.]: BIREME, (citado 2004 dez.8). Disponível em: <<http://www.bireme.br>>.
3. Houaiss A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
4. Santos NC. Aspectos éticos na pesquisa científica com seres humanos: normas internacionais e nacionais. In: Camon, WA. (org.). *A Ética na Saúde*. São Paulo: Pioneira, 1997.
5. Kipper D, Marques C, Feijó AM. *Ética em Pesquisa: reflexões*. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2003.
6. LO B. Addressing Ethical Issues. In: Hulley SB, Cummings SR, Brownwer WS, Grady D, Hearst N, Newman TB. *Designing Clinical Research*. Philadelphia: Lippincott; 2001. p. 215-228.
6. Pavoni ELCZ. Desafios do Próximo Milênio: bioética e saúde pública. In: Clotet J. (org.). *Bioética*. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2001.
7. Clotet J, Goldim JR; Francisconi CF (Org.). *Consentimento Informado e a sua Prática na Assistência a Saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2000.
8. Brasil, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996. (citado 2004 dez 14). Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc>.
9. Lavery JV. Putting international research ethics guidelines to work for the benefit of developing countries. *Yale J Health Policy Law Ethics* 2004; 4(2): 319-36.
10. Patterson LE. *O processo de Aconselhamento*. São Paulo: Martins Fontes; 1995.
11. Scielo. Scientific Electronic Library Online. (citado 2004 nov 18). Disponível em: <http://www.scielo.org>.
- 13- Goldim JR; Francisconi CF. Ética aplicada à pesquisa em saúde. *Bioética: uma visão panorâmica*. Joaquim Clotet, Anamaria Gonçalves dos Santos Feijó, Marília Gerhardt de Oliveira (Coordenadores). Cap. 8. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2005.
14. Dallari SG. A bioética e a saúde pública. In: Costa SIF, Garrafa V, Oselka G. *Iniciação à Bioética*. Brasília, Conselho Federal de Medicina; 1998. (citado 2004 dez 15). Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/bioetica/ParteIIIsaudepublica.

Endereço para correspondência:

PRISLA ÜCKER CALVETTI

PUCRS. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Prédio 11. 9º Andar. Sala 938. Grupo de Pesquisa Psicologia da Saúde. Av. Ipiranga, 6681. Partenon. CEP 90619-900. Porto Alegre/RS.
E-mail: prislauc@yahoo.com.br

Recebido em: 19/05/05

Aprovado em: 29/11/05